

Câmara dos Deputados

PFC 9/2025

Autor: Daniel Almeida

Data da 01/04/2025

Apresentação:

Ementa: Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com

o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle a fim de apurar o valor efetivo das renúncias de receita tributária decorrentes da aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, com especial atenção à forma como grandes conglomerados vêm se apropriando do benefício, à regularidade dos processos de habilitação e ao impacto dessa política sobre

o consumidor final.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

Texto À Comissão de

Despacho: Defesa do Consumidor

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões Regime de Tramitação: Ordinário (Art. 151, III, RICD)

Regime de tramitação:

Ordinário (Art. 151, III, RICD)

Em

HUGO MOTTA

Presidente da Câmara dos Deputados

